



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1163/1990

Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1991.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento geral do Município de Passa Quatro para o exercício financeiro de 1991, estima a Receita em Cr\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscientos milhões de cruzeiros), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária.....	Cr\$ 7.660.000,00	
Receita Patrimonial.....	Cr\$ 10.450.000,00	
Receita Industrial.....	Cr\$ 1.600.000,00	
Transferências Correntes.....	Cr\$ 1.352.200.000,00	
Outras Receitas Correntes.....	Cr\$ 1.090.000,00	Cr\$ 1.373.000.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito.....	Cr\$ 1.000.000,00	
Alienação de Bens.....	Cr\$ 3.000.000,00	
Transferências de Capital.....	Cr\$ 220.800.000,00	
Outras Receitas de Capital.....	Cr\$ 2.200.000,00	Cr\$ 227.000.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com a seguinte discriminação, pelas unidades orçamentárias:

Corpo Legislativo.....	Cr\$ 24.640.000,00
Serviços Administrativos.....	Cr\$ 15.680.000,00
Gabinete e Secretaria.....	Cr\$ 151.680.000,00
Serviços de Fazenda.....	Cr\$ 48.000.000,00
Serviços de Educação e Cultura.....	Cr\$ 504.800.000,00
Serviços e Obras Públicas.....	Cr\$ 412.960.000,00
Serviços de Saúde e Saneamento.....	Cr\$ 154.880.000,00
Serviço Municipal de Estrada de Rodagem.....	Cr\$ 223.680.000,00
Encargos Gerais do Município.....	Cr\$ 63.680.000,00
	Cr\$ 1.600.000.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

a) realizar operações de Crédito até o limite das Despesas de Capital, conforme o previsto no inciso III, do art. 167, da Constituição Federal, bem como dentro das normas em vigor;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

b) abrir créditos suplementares até o limite de 50% (CINQUENTA POR CENTO) da Receita prevista nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes; art. 3º, Parágrafo Único, item IV da Lei nº 1152 – LDO;

c) anular parcial ou totalmente dotações orçamentárias, conforme disposto no item III, do art. 43 da Lei Federal nº 4320 /64; art. 3º, Parágrafo único, item V da Lei nº 1152 LDO.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor a partir de 1 de janeiro de 1991.

Passa Quatro, 23 de outubro de 1990.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal

Ângelo Augusto e Silva Ribeiro
Diretor Municipal Administrativo